

**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA
AFRO-BRASILEIRA - UNILAB
INSTITUTO DE HUMANIDADES - IH
BACHARELADO EM HUMANIDADES - BHU**

Diógenes Cavalcante Marcos

**A MARCA DO PRECONCEITO:
DISCUTINDO AS RELAÇÕES RACIAIS NA CIDADE DE REDENÇÃO**

**Redenção - CE
2018
UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA
AFRO-BRASILEIRA - UNILAB
INSTITUTO DE HUMANIDADES - IH
BACHARELADO EM HUMANIDADES - BHU**

**A MARCA DO PRECONCEITO:
DISCUTINDO AS RELAÇÕES RACIAIS NA CIDADE DE REDENÇÃO**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado ao curso de Bacharelado em Humanidades da Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, como requisito final para a obtenção do título de Bacharel em Humanidades.

Orientador: Prof. Dr. Itacir Luz

Redenção - CE

2018

Resumo

Este projeto de pesquisa se propõe a analisar a dinâmica das relações raciais na cidade de Redenção - CE, considerando o contraste entre seu discurso de um passado redencionista/libertador em relação aos escravizados e os processos de discriminação racial praticados na sua realidade atual com base na referência fenotípica. Para tanto, recorreremos ao aporte do conceito de *Preconceito de Marca*, cunhado por Oracy Nogueira, juntamente com os debates empreendidos por outros pesquisadores da temática étnico-racial no Brasil e em outros países. Metodologicamente, a pesquisa será realizada a partir do levantamento bibliográfico sobre a história local, juntamente com os dados estatísticos sobre a realidade social da população negra, ao que será problematizado em cruzamento com a coleta de entrevistas e aplicação de questionários para um grupo de moradores da localidade.

Palavras-chave: preconceito de marca, redencionismo, relações raciais.

Apresentação

Com a criação da Universidade de Integração da Lusofonia Afro-brasileira – Unilab, através da Lei 12.289 de 20 de julho de 2010, numa concretização da ideia de integração com o continente africano, principalmente com os países membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), e a instalação de sua sede no município de Redenção, no estado do Ceará, se inicia a chegada de um contingente expressivo de estudantes africanos na cidade, o que trouxe um incremento não apenas ao seu desenvolvimento econômico, mas também na mudança na própria rotina da população local, a partir da convivência com esses estrangeiros. Nesse sentido, evidencia-se o estranhamento em relação a esse fenótipo e ele como sinônimo da diferença, sendo muitas vezes tratados pela lógica discriminatória.

A constatação desse fenômeno que é o racismo nesta cidade sugere um contraste entre o histórico discurso “redencionista” e a realidade cotidiana local tendo em vista que negras e negros no Brasil notoriamente é vítima desse tipo de preconceito por

consequência dos estigmas produzidos pelo sistema escravista que vigorou nos primeiros séculos da existência do território brasileiro e pela exclusão e marginalização da população negra após a promulgação do fim desse sistema.

Nesse sentido, nos propomos a analisar a complexidade e a dinâmica que envolve a chegada de africanos na cidade de Redenção, dentro do quadro mais amplo do preconceito racial no Brasil, de modo a aprofundar o entendimento sobre alguns elementos fundamentais da constituição e perpetuação de tal realidade. Optamos, então, à perspectiva analítica do *preconceito de marca* para esta discussão por entendermos que a forma como se manifestam as práticas discriminatórias relacionadas à questão racial no contexto nacional e local se dão basicamente envolvendo as características fenotípicas das vítimas desses atos, ou seja, as pessoas negras, na medida em que materializam a representação sobre o “ser negro” como inferior e, por isso, marginalizado pela sociedade racista na qual vivemos.

Tal análise tendo como cenário a cidade de Redenção também toma importância por esta ser considerada - ou pelo menos anunciada - como a primeira cidade do Brasil a libertar os escravizados no século XIX¹, apesar de, na ocasião, ainda haver escravos depois da abolição nessa região, o que nos leva a um questionamento não só do discurso redencionista por ela adotado, mas também a própria constatação da existência de pensamentos e práticas racistas no presente.

A compreensão desse fenômeno demanda discutir o passado escravista brasileiro, e particularmente o da própria cidade de Redenção, assim como sua relação com o processo de marginalização da população negra no período posterior ao fim do sistema escravista no Brasil, observando os diferentes dispositivos de marginalização e estigmatização que foi sendo produzido contra tal grupo social e, portanto, processo importante para se entender a construção da realidade atual. Ao tratar dessa questão, Lilia M. Schwarz e Flavio Gomes (2017, p.4) destacam que:

Mesmo depois de 130 anos da extinção da escravidão, existem, porém, permanências fortes e teimosas na sociedade brasileira. O racismo continua estrutural no país, e continua inscrito no presente, de forma que não é possível apenas culpar a história ou o passado.

¹ Promulgada em 1 de janeiro de 1883, a Lei Provincial estabelece que todos os escravos estavam libertos na cidade de Redenção. Sobre isso, conferir: FILHO, Antônio Nilson Lopes. *Pós-Abolição: integração social e trabalhista dos alforriados do município de Redenção*. (Trabalho de Conclusão de Curso), Instituto de Humanidades - Unilab. Redenção, 2014.

Interessa, portanto, pensar se e como esse alegado pioneirismo no tocante à abolição da escravidão tem implicações na configuração do preconceito racial na cidade, uma vez que tal atitude “libertadora” sugere a existência de um cenário sem discriminação racial.

Além disso, também importa destacar as contribuições de tal investigação à produção do conhecimento científico, na medida em que pode agregar novos elementos aos debates locais no que se refere este tema das relações étnico-raciais, na medida em que tal problemática também envolve uma leitura e uma análise crítica sobre o histórico discurso do redencionismo local.

Mesmo com ações afirmativas que buscam uma maior participação do negro em sociedade, ainda assim, a população negra sofre preconceito pela cor e ainda continua sendo o principal alvo da violência e da marginalização. Por esses motivos é que me interessei em discutir o preconceito racial no Brasil, e mais particularmente na cidade de Redenção, levando em consideração, como já destacado, o cenário local atual que conta com a presença significativa de um contingente de africanos, além dos próprios afro-brasileiros, os quais, apesar da condição de estudantes universitários, ainda tem que lidar com atitudes discriminatórias, sutis ou explícitas, por causa do seu pertencimento racial.

A pesquisa proposta também se relaciona com minha trajetória pessoal, tendo em vista que sou de uma família de pessoas negras e moro na zona rural da cidade de Redenção, o que significa conviver com o fantasma do estigma, da discriminação e da exclusão vigente na sociedade brasileira. Ao acessar o ensino superior, no entanto, e ter iniciado os estudos no campo das humanidades na Unilab, passei a compreender as nuances do preconceito racial e como isso me atingia no cotidiano, a partir de algumas características fenotípicas.

Além desse estudo ter grande importância para minha vida como sujeito negro numa cidade racista, revela também as diversas formas de atuação do racismo na sociedade brasileira, visto que traz tal problematização sobre o contexto da cidade de Redenção, servindo como uma forma de buscar uma melhor visibilidade para esta população da qual faço parte. Através da quebra dos estigmas e traumas deixados pelo sistema escravista, poderá fazer com que os cidadãos redencionistas passem a refletir sobre suas atitudes em relação aos africanos instalados na cidade e os vejam com outros olhos.

Como produto de um processo de formação desenvolvida na Unilab, este projeto de pesquisa também representa mais um passo para a ampliação do produção do

conhecimento sobre essa questão na cidade, se somando a outros diversos esforços de pesquisadoras e pesquisadores para a produção de um conhecimento e reconhecimento de saberes a partir dos diferentes sujeitos e culturas que formam a sociedade brasileira, evidenciando a relevância do papel da Unilab em relação ao reconhecimento da história e cultura local, bem como suas implicações para as relações sociais.

OBJETIVOS

GERAL

Analisar os processos de discriminação racial praticados no contexto da cidade de Redenção, considerando seus pressupostos fenotípicos e sua expressão na dinâmica da convivência da população local com o novo contingente populacional negro-africano que nela reside.

ESPECIFICOS

- Observar a dinâmica das relações sociais cotidianas na cidade;
- Compreender as características do seu passado escravista
- Identificar as expressões e os casos de discriminação racial;
- Compreender a representação desses elementos fenotípicos no imaginário local.

Tensões e transformações de um passado escravista

A abolição no Brasil, portanto, ocorreu em meio às tensões no interior das estruturas de poder, e que nesse jogo as elites senhoriais continuaram se impondo, ficando a população negra a sofrer com o preconceito e a exclusão social. Assim como afirma José Hilário Ferreira Sobrinho (2011, p.298): “a abolição da escravatura, tanto no Ceará, quanto em todo o império, não representou de fato, garantias de inclusão social para essa população negra liberta e livre”. Ou seja, não ser mais escravizado não significou aos negros a aceitação da sociedade e a igualdade de direitos.

Na configuração desse cenário, vale destacar que o contingente da população negra no Brasil do período pós-abolição era expressivo. Tomando por base o censo 1886-1893,

Florestan Fernandes (2008) salienta que houve uma grande quantidade de negros libertos entre esse contingente em números absolutos, num período em que ocorriam altos e volumosos deslocamentos para outras regiões do estado de São Paulo ou do Brasil, indicando que as entradas compensavam as saídas.

Frente a tal cenário, seguiu-se um período de aflição, no qual os negros libertos e seus descendentes procuravam se afastar do estigma da escravidão, mas também, segundo Carolina Vianna Dantas (2010), com os mecanismos criados pela sociedade pós-escravista para tentar controlar essa população. Como destaca a autora, quanto mais escura a cor da pele, maiores poderiam ser as dificuldades sociais, e, nesse sentido, foram alvo de ações discriminatórias – ainda que sem justificativa legal, como aconteceu nos Estados Unidos.

A população negra brasileira estava submetida a sofrer impedimentos para frequentar diversos espaços públicos, conforme estabelecia a legislação em vigor. Além disso, também precisou enfrentar restrições no acesso as instituições educacionais públicas e privadas, dificuldades para assumir cargos políticos e vagas obtidas em concursos públicos, intimidação e violência policial, estando exposta às formas de tratamento características da escravidão (DANTAS, 2010).

Esse contexto discriminatório em relação à população negra, o qual limitava ou mesmo impedia seu direito de usufruir efetivamente da propalada liberdade, tomava a cor da pele como sinônimo não só de diferença, mas principalmente, de inferioridade, privando o negro de direitos e de assistência para usufruir o direito. Segundo Florestan Fernandes (2008, pp.35-36):

“À sociedade brasileira largou o negro ao seu próprio destino, deitando sobre seus ombros a responsabilidade de se reeducar e de se transformar para corresponder aos novos padrões e ideais de ser humano, criados pelo advento do trabalho livre do regime republicano e capitalista”

Ou seja, o negro tinha que se adaptar à “nova” estruturação da sociedade, a qual não lhe criava mecanismos de inserção e o deixava à própria sorte, com a justificativa de que lhe faltava o autocontrole e o espírito de responsabilidade de trabalhador livre, as únicas exigências que poderiam determinar, espontaneamente, a continuidade e a efetividade de trabalhador no novo regime jurídico econômico (FLORESTAN, 2008).

A adequação dessa população ao novo estilo de vida de trabalhador livre vivendo em uma sociedade competitiva com os indivíduos brancos e estrangeiros, portanto, era colocada como algo inviável, expressando com isso o grau de racismo existente no

período. Essa inviabilidade apontada pelas elites senhoriais, no entanto, poderia ser enfrentada, segundo parte deste mesmo segmento social, na medida em que, como registra Célia Maria Marinho (1987), tornassem ocupados os “desocupados”, ou se mantivessem ocupados aqueles que fossem sendo alforriados, de modo a se instituir um controle estrito e cotidiano do Estado sobre suas vidas.

Diante de tal realidade, a instrução passa a figurar como uma forma de controlar essa população para que não pudessem se reunir ou fazer reuniões que, no imaginário das elites locais, podiam implicar em rebeliões. Com isso, a sociedade racista impõe aos negros mecanismos de controle social, reforçando ou atualizando sua função de servidão à classe dominante.

Por outro lado, frente a tal realidade de exclusão e estigmatização, passam a surgir movimentos organizados pelos próprios negros como forma de enfrentar o racismo tanto por denúncia, quanto por ações para concretizar suas demandas. Segundo Petrônio Domingues (2008, p.3):

“Para a população negra, nesse contexto deveras adverso, ser cidadão significava ter direitos iguais - e não ser vista como inferior. Porém, diante da inclusão marginal e das práticas de discriminação racial e tratamento diferenciado em relação à população branca, a cidadania plena continuava sendo um sonho”.

A Frente Negra Brasileira foi uma dessas organizações que surgiram depois da abolição, se tornando talvez a mais importante do gênero. Surgida formalmente em 16 de setembro de 1931 e funcionando até 1937, contrariamente ao que projetavam as elites da época, entre os instrumentos fundamentais de sua atuação estava justamente a educação, entendida como uma forma de enfrentar o preconceito pela cor, na medida em que era preciso instruir a população negra para que pudesse competir com os indivíduos brancos em condições minimamente iguais, colocando em questão o próprio sentido da discriminação.

“As conquistas empreendidas pela FNB no terreno educacional possibilitaram a inserção condigna de alguns negros na sociedade e, ao mesmo tempo, contribuíram para o acúmulo de forças do movimento social que procurou sensibilizar o Estado e a sociedade civil da importância de construção de uma ordem étnico-racial mais justa e igualitária no país” (DOMINGUES, 2008, p.18)

A Frente Negra Brasileira entendia que, por meio da educação, poderia ser possível melhor enfrentar os preconceitos e a discriminação contra a população negra, levando-a a ocupar mais espaços sociais.

Por sua vez, também viria a surgir mais ou menos na mesma época a Frente Negra Pernambucana como um movimento de crítica à situação de inferiorização da população negra. Criada na cidade do Recife, no estado de Pernambuco, em 1936 e

Mudando em 1937 seu nome para Centro de Cultura Afro-Brasileiro, segundo Aparecida Silva (2010), nela defendia-se a ideia de que a educação seria uma das essenciais estratégias para a ascensão social da população negra, na medida em que a preparava para viver na sociedade em igualdade de condições com os brancos. Portanto, tal como a FNB, entendia-se que a instrução era uma importante forma de combater a discriminação sofrida pelo preconceito da cor, e que por meio da educação, a população negra poderia disputar espaço com as classes privilegiadas, majoritariamente formadas por indivíduos brancos. Ainda de acordo com Aparecida Silva (2010, p. 31)

“Para a entidade negra pernambucana, a instrução era entendida como o principal mecanismo que poderia possibilitar aos negros competir no mercado de trabalho. Só através da intelectualização, isto é, da educação, as condições do segmento social negro poderiam ser melhoradas, colocando a população negra em iguais condições na disputa com o grupo racial branco”.

Sendo assim, a população negra buscava uma maior visibilidade para ascender como indivíduos com direitos e deveres, pois, viviam em um grande desamparo social, e a educação poderia lhe proporcionar essa ascensão.

Relações raciais no Ceará: percursos e desdobramentos

Assim como em outras províncias do Brasil no século XIX, no Ceará também se praticou intensamente o escravismo com todas as suas implicações, e uma delas foi o tráfico interprovincial². Tal como afirma José Hilário Ferreira Sobrinho (2011), a situação dos africanos não era distinta da de outros cativos, mesmo com a lei que lhes assegurasse a liberdade, o sistema escravista conseguiu encontrar meios para conduzi-los a condição de escravizados.

Na cidade de Redenção, a dinâmica das relações raciais também guarda as características desse contexto mais amplo, tendo em vista que estava integrada à ordem estruturante do escravismo vigente no país. Nesse sentido, a realidade local também foi marcada pelas tensões desse período, com o espaço da produção rural tornando-se palco

² Tipo de comercialização ilegal de escravos entre as províncias do Brasil que passou a ser intensamente praticada depois da proibição do tráfico negreiro no Atlântico.

privilegiado das revoltas individuais e coletivas dos negros escravizados³. Isto quer dizer que a resistência escrava estaria se concretizando cada vez mais no próprio lugar de trabalho (no eito e no interior das moradias dos senhores), muito mais do que fora dele, tal como nas tradicionais fugas e quilombos.

Em meio a essas fugas, alguns negros acabavam morrendo no processo de capturados, mas também outros chegassem a conseguir a liberdade de formas diversas, o que poderia ir desde o sonhado retorno seu continente africano, até mesmo seguir vivendo no Brasil sob algum tipo de “disfarce”.

De acordo com Manuela Carneiro da Cunha (2012), alguns desses “retornados” para o continente africano ficaram conhecidos como *agudás*, provavelmente uma corruptela de Ajudá, o antigo nome dado pelos portugueses para Uidá, onde a primeira colônia de libertos do Brasil surgiu. Os que não conseguiam voltar ficavam no Brasil trabalhando seja nas fazendas, seja em diferentes atividades no espaço urbano para garantir moradia, comida e salário.

Como principal força de trabalho e um grande investimento para os senhores de engenhos e fazendeiros, constituindo efetivamente a base da economia da época, não é de surpresa que o debate sobre a abolição tenha sido rechaçado pelas elites locais. Paralelamente, também era a principal reivindicação dos movimentos abolicionistas, e em especial do movimento dos jangadeiros naquele período. Como afirma Jose Hilário Ferreira Sobrinho (2011, p. 250): “aos poucos, a ideia do trabalho livre foi ocupando a pauta de discussões das assembleias provinciais, e em todo o império”. Tais movimentos, ainda de acordo com autor, reivindicavam o fim do tráfico de escravizados africanos, direito à terra, entre outras demandas, o que mostra que ter a condição jurídica de pessoa livre numa sociedade escravocrata não representava a garantia inserção social e gozo da cidadania.

Já o fim antecipado da escravidão na cidade de Redenção, de acordo com Vitor Hugo e Cirilo Suliano (2010), trata-se de um evento resultante do envolvimento de várias entidades abolicionistas, lideradas por uma classe emergente, que faziam campanhas e adquiriam fundos, além de algumas vezes motivar e ajudar a fuga de cativos. Porém, tal contexto também foi de muita pressão por parte das elites locais para que a abolição não

³ Além das citadas fugas de escravizados, também fazia parte desse contexto a captura de indígenas também para a escravização. Sobre isso ver: CESARINO, de Pedro de Niemeyer e CUNHA, Manuela Carneiro da. (2016).

ocorresse, sob o argumento de que poderia trazer consigo um impacto para a economia da região e do país como um todo.

Portanto, a abolição no Ceará e mais amplamente no Brasil, não foi uma atitude de bom grado, mas por meio de lutas dos movimentos e questões de poder entre as elites locais, na medida em que as classes dominantes não queriam perder seus escravos, uma vez que por meio deles obtinham lucro com as vendas, além do que era produzido com próprio trabalho forçado a que eram submetidos. Sobre isso, Luís Tomás Domingos (2017p. 193) explica:

“O escravizado é aquele que foi privado da sua liberdade, desumanizado, despersonalizado o ser humano se tornou coisa, máquina produtiva, força da produção de riquezas e animal de reprodução. O ser humano foi transformado em mercadoria pela ambição imensurável, a ganância de certos homens para ter e manter o seu o poder”.

Reiteramos, no entanto, que esse processo não ocorreu sem reação e resistência por parte de movimentos e organizações que surgiram para reclamar a situação da população negra, que, por sua vez, assim como afirma Carolina Vianna Dantas (2012), também atuou em manifestações. Segundo esta autora, houve a ampla presença de negros em manifestações, protestos e revoltas por questões do trabalho e por melhores condições de vida (alimentação, moradia, higiene, salário, acesso à terra etc.), por igualdade de tratamento, espaços de atuação, visibilidade, reconhecimento e autonomia.

Diante disso, de acordo com Augusto Sales (2007, p 52):

À recusa ao trabalho escravo foi um dos primeiros atos de luta, não só contra a escravidão, mas também contra o racismo, pois umas das premissas básicas de negação do escravismo, e do próprio racismo que lhe era inerente, era a afirmação do cativo como sujeito humano, por meio do exercício de seu auto deliberação, renegando o estatuto de coisa a ele atribuído pelos senhores brancos.

Fica evidente, portanto, que a resistência, a ação humana do cativo, também foi importante no processo que levou ao rompimento do regime escravista e ao início do trabalho livre no Brasil, pois, à medida que o escravizado deixa de produzir a si próprio, ele produz o seu contrário, o trabalhador livre. Tal capacidade de intervenção no sistema vigente na época se choca frontalmente com a representação de inferioridade que foi imputada a esta população negra pelo discurso da sociedade racista da época.

É nesse cenário marcado por um racismo estruturante, presente em todos os espaços sociais - apesar de muitas vezes dissimulado-, que os negros desde então vem

lidando com os obstáculos sociais criados e colocados em operação cotidianamente. Como chama atenção Jessé Souza (2017, p.51): “o excluído, majoritariamente negro e mestiço, é estigmatizado como perigoso e inferior e perseguido não mais pelo capitão do mato, mas, sim, pelas viaturas de polícia com licença para matar pobre e preto”.

Portanto, o funcionamento da sociedade atual ainda guarda forte relação com a ordem senhorial no que tange à população negra, para quem o tratamento é mobilizado com toda sua carga de inferiorização do outro. Diante disso, a promoção da educação da população em geral ainda parece ser um dos principais meios para a aceitação da diversidade cultural que existe em nosso país.

Entre o mito redencionista e o estigma da cor

Com a implementação da pecuária no Ceará no século XVII, as terras de Redenção também foram beneficiadas com a agricultura da cana-de-açúcar. A partir do século XIX, os engenhos da cidade tiveram como mão de obra escravos africanos e, desta forma, senzalas e pelourinhos vieram a fazer parte da arquitetura local. O povoado que deu origem a vila foi um distrito policial criado em 1842 e depois desmembrado de Baturité em 1868 com o nome de "Acarape". Com isso, a partir de 1 de janeiro de 1883 a antiga vila de Acarape recebe o nome de Redenção, nome que lhe foi atribuído por ter sido a primeira cidade do Ceará a libertar seus escravos.

No entanto, esse pioneirismo atribuído à cidade contrasta com a falta do reconhecimento sobre a presença e as contribuições de negros e negras na construção deste lugar. Isso se constata, tal como em outras regiões do país onde também existiu mão de obra escravizada, a inexistência de uma política que desse assistência a essa mesma população após a abolição.

Como observa Antônio Nilson (2014), isso gerou um cenário de exclusão social em todo o território nacional e, mesmo tendo libertado seus cativos cinco anos antes da Lei Áurea, A Villa de Acarape - atual Redenção - não direcionou sua atenção para acomodar a nova realidade trabalhista e social dos recém-libertos.

A história escrita da cidade de Redenção se restringe ao fim da escravatura, não há registro de documentos ou informação escrita a respeito da reintegração social dos alforriados, sujeitos que sem dúvida, foram efetivamente formadores da sociedade redencionista. As características físicas e culturais afro-brasileiras são perceptíveis, cor da pele, costumes, forma de subsistência, e religião, sendo esta última realizada de forma velada (NILSON, 2014, p.36)

Ou seja, a história de Redenção estagna a existência dos negros apenas ao fim da escravidão, não havendo efetivamente outros tipos de registros desses que também foram importantes formadores da cidade. Como afirma Fabricio Ribeiro (2012, p. 30)

Assim como no Brasil os indígenas foram os primeiros habitantes da localidade de Redenção. Os sesmeiros considerados os grandes latifundiários e senhores dos engenhos (alambiques) da época, vieram depois e posteriormente se observa a marcante presença de negros oriundos da África que seriam utilizados como mão-de-obra escrava e barata.

Nesse sentido, a inegável presença de africanos na cidade, assim como também a presença de indígenas, reflete a realidade de boa parte do Brasil no período escravista, o que significa reconhecer efetivamente essa presença negra nesse território como agentes da construção da cultura local no passado e no presente.

Tal tipo de narrativa única tende a contribuir com o processo de negação da ascendência africana por parte da população local, sob a justificativa de não quererem ter ligação com os povos antes escravizados na cidade. Em suma, os cidadãos de Redenção não se reconhecem como afrodescendentes, não entendem a própria origem,

Essa realidade revela um inegável o preconceito contra pessoas negras na cidade de Redenção, tendo a invisibilização como um dos principais mecanismos mobilizados para concretizar esse tipo de lógica discriminatória. Assim como no restante do país, a população negra nesta região do Ceará também é historicamente a grande vítima do racismo.

Diante disso, recorreremos à noção de *preconceito de marca*, cunhada por Oracy Nogueira na obra “Preconceito de marca e preconceito de origem: sugestão de um quadro de referência para a interpretação do material sobre as relações raciais no Brasil”, a qual trata das principais diferenças entre o preconceito racial pela aparência - ou de “marca” - e pela origem, fazendo uma relação com os Estados Unidos, e como essas diferenças estão impostas na sociedade brasileira. De acordo com autor: “preconceitos de marca se exerce em relação à aparência, isto é, quando toma por pretexto para as suas manifestações os traços físicos do indivíduo, a fisionomia, os gestos, o sotaque, diz-se que é *de marca*” (NOGUEIRA, 2006 p.6).

Em outras palavras, os traços físicos dos indivíduos, mais notadamente a cor da pele, se constitui como uma espécie de “etiqueta” de boa ou má procedência e, portanto,

de qualidade, o que coloca a população negra como o maior alvo do preconceito racial operado no Brasil.

De acordo com este autor, a expressão *preconceito de marca* não constitui senão uma reformulação da expressão “preconceito de cor”, utilizando-a basicamente para classificar a situação racial no Brasil e particularmente sua análise na cidade de Itapetininga, no interior de São Paulo⁴.

Assim como Itapetininga, o processo de escravatura também contribuiu para a existência de uma população significativa de mestiços e negros em Redenção, o que tende a ser no mínimo reforçado após esse novo fluxo de africanos na atualidade. Diante disso, essas duas cidades também acabam tendo em comum o estigma da escravidão e seus desdobramentos discriminatórios. Como ressalta Oracy Nogueira (2006, p.28):

Aqui como nos demais países em que existiu, a escravidão implicou um apoucamento de escravo, sob os mais diversos aspectos, e levou a formação de sistema ideológico, de representações coletivas e estereótipos que justifiquem a exploração do escravo pelo senhor e correspondessem as condições e efeitos resultantes do referido apoucamento”.

Em sua obra, ao tratar do preconceito de marca e de origem, o autor traz um quadro de referências sobre a situação racial brasileira, utilizando de estudos feitos por outros autores no Brasil, quanto a literatura sociológica e antropológica referente à situação racial norte-americana, assim como o conhecimento direto das duas realidades – a brasileira e a norte-americana -, algo que lhe parece útil, seja para a caracterização das “situações raciais”. Seja para o levantamento de novos problemas que levem os estudiosos a considerar novos aspectos da questão, afim de trazer uma análise consistente do tema.

Oracy Nogueira complementa destacando que os Estados Unidos e o Brasil estabelecem exemplos de dois tipos de “situações raciais”: um em que o preconceito racial é manifesto e claro e outro em que o próprio reconhecimento do preconceito tem dado margem a uma controvérsia difícil de se superar. Ou seja, diferentemente do caso estadunidense, o preconceito racial no Brasil se dá conforme a matiz de cor do sujeito, podendo se manifestar por diversos meios, na sua maioria, indiretos. Isso acaba causando uma situação de imprecisão ou indeterminação do racismo, ao ponto de as pessoas acreditarem - ou tentarem convencer a si mesmas - que no Brasil não existe discriminação racial e racismo.

⁴ NOGUEIRA, Oracy, *preconceito de marca as relações raciais em Itapetininga*. São Paulo, Edusp, 1998

Assim, conforme o autor, embora tanto nos Estados Unidos como no Brasil não se possa negar a existência de preconceito racial, as diferenças que marcam as duas manifestações são de tal maneira que se impõe o reconhecimento tanto com relação à diversidade, quanto à natureza (NOGUEIRA, 2006).

O preconceito de marca se diferencia do preconceito de origem em relação ao modo de como está posto na sociedade, ou seja, ao modo de atuar, pois, segundo o autor, se por um lado o preconceito de marca indica uma omissão, o preconceito de origem indica uma exclusão completa dos membros do grupo atingido em relação a situações ou recursos pelos quais venham a concorrer com os membros do grupo discriminador. Como o preconceito de marca toma por critério o fenótipo (na cor) e o de origem tende mais ao fator emocional e mais integral (na descendência hereditária), o autor faz umas diferenciações em seus modos de atuar na sociedade brasileira e norte americana, ressaltando suas divergências entre si, mostrando assim como o negro é visto no Brasil e nos Estados Unidos.

Contudo, também busca problematizar tais formas de relações raciais mostrando que a população negra, ao final, é sempre o principal alvo desse sistema social, e que isso se concretiza de diversas formas à medida em que o preconceito pela cor está posto na sociedade.

Particularmente no caso da cidade de Redenção, que vem vivenciando na atualidade uma espécie de alteração na sua configuração populacional com a chegada do contingente de estudantes africanos, a convivência não só com esses sujeitos de culturas diferentes, mas principalmente com sua aparência física que remete ao “ser negro”, tem evidenciado nos moradores da localidade valores e atitudes que divergem do apontado passado libertário.

Essa incoerência entre o discurso redencionista e a realidade discriminatória baseada no fenótipo dos africanos reafirma a “marca da cor” como fator mobilizador do preconceito ainda na atualidade, tal como ocorre com a população negra nascida no Brasil.

A herança escravocrata de sociedades como a brasileira faz com que pessoas negras experienciem o racismo do lugar de quem é vítima dessa opressão. E como principal objeto da opressão do sistema por conta da cor da pele, a população negra sofre no dia a dia as restrições sociais por conta racismo. Diante disso, Djamila Ribeiro ressalta que “pensar lugar de fala seria coibir com o silêncio instituído para quem foi inferiorizado, um movimento no sentido de romper com a hierarquia, muito bem classificada por Derrida como violenta” (RIBEIRO, 2017, p. 51).

Trata-se, portanto, de reconhecer e se apropriar positivamente desse lugar de quem sofre a violência social como um diferencial no movimento de ação política da população negra, tanto no tange à denúncia, quanto às proposições de mudança.

Esse empoderamento político também decorre da ressignificação do jogo de representação social produzido em contextos como o nosso. Como destaca Neusa Santos Souza (1983), ao transformar o africano em escravo, a sociedade escravista definiu o negro como raça, demarcando seu lugar, assim como a maneira de tratar, ser tratado, inclusive na interação com o branco, além de instituir um paralelismo entre cor negra e posição social inferior.

De acordo com a mesma autora: “a definição inferiorizante do negro pendurou mesmo depois da desagregação do sistema escravocrata e da sua substituição pela sociedade capitalista, rígida por uma ordem capitalista” (SOUZA, 1983, p.20). Na prática, a população negra no Brasil vive à margem da sociedade, sem a efetiva garantia de direitos fundamentais justamente pela criação de um estigma baseado na inferioridade do fenótipo.

Essa realidade marginalizadora de base estruturante também se dá no Ceará, e especialmente na cidade de Redenção, produzindo a todo momento vítimas negras. Como afirma Tatiana Felix (2012, p.18):

A situação do povo negro no Ceará, como em outros estados brasileiros, está diretamente ligada a problemática social. Os mais pobres são os negros, a maior parcela de desempregados é a negra, os com menos escolaridade são o povo negro e por aí segue num total contexto de exclusão, no qual ser negro, ser preto é ser colocado no ostracismo social.

Notoriamente a população negra vem sendo relegada a uma espécie de submundo moderno devido aos dispositivos de exclusão impostos pelo sistema social vigente, como seus princípios racistas. Nas palavras de Lilia Moritz (2006, p.49):

Ter certeza da cor negra é compactuar da evidência da exclusão social. É ter certeza da discriminação e sofrer, cotidianamente, com ela. Significa ser barrado em certos locais, ter o carro inspecionado, ser obrigado a mostrar documentos com frequência maior que os demais e assim vamos.

Além de todos os mecanismos concretos de marginalização e exclusão, essa realidade também nos remete a outros impactos, talvez mais sutis, causados pelo pressuposto da inferioridade pela cor da pele.

Sobre isso, Luís Tomás Domingos (2017), afirma que a identidade de cor, infelizmente, tem causado prejuízo, traumas e marcas nas relações humanas, normalmente provocando atritos. Nesse sentido, o autor complementa:

A cor da pele foi e é ainda usada como instrumento que define as relações de poderes, enfim, trata-se de uma crise do ser humano. Esse mecanismo se construiu e solidificou, de certa maneira, na dinâmica da ideologia de dominação” (DOMINGOS, 2017, p 10)

Usada como uma forma de classificação, criado pelo colonizador, portanto, o qual é considerado o ser superior, a cor da pele é utilizada como elemento de justificação da política social de discriminação e exclusão, a partir da afirmação da inferioridade do negro diante de uma sociedade hegemonicamente branca.

Ao analisar o contexto nacional, por exemplo, Lourenço Cardoso (2008) destaca que ser branco é ser poder e estar no poder, ou, em outras palavras, é ser considerado o ser superior sobre as outras camadas da sociedade brasileira, que seriam todos os não brancos.

Diante de tal cenário, entendemos que o exercício de análise a partir da noção de preconceito de marca será um instrumento importante para identificar as nuances do racismo praticado no país, e mais especificamente na cidade de Redenção. Da mesma forma, poderá nos ajudar a entender como esse preconceito de cor se comporta na realidade local, tendo em vista fatores como o passado escravista, o discurso redencionista e a presença de uma significativa população de africanos, além dos próprios pretos e pardos já existentes na cidade. A partir desse conceito, esperamos ter mais elemento para problematizar o discurso oficial e a auto representação de Redenção, os quais acabam por encobrir o a existência do racismo.

Esta proposta de pesquisa aponta, portanto, para a identificação de um quadro identitário mais diversos e étnico-racialmente mais afirmativo, de modo a confrontar os traumas e estigmas que o passado escravista instituiu na cidade. Com isso, espera-se se ampliem os estudos sobre a população negra no âmbito local, bem como sobre os desdobramentos sociais e culturais desse novo fluxo de africanos.

METODOLOGIA

Como um trabalho de base qualitativa, a pesquisa terá como foco o contexto da cidade de Redenção, observando tanto o funcionamento das relações sociais, mas principalmente com se expressa a questão do pertencimento étnico-racial nesse cenário.

Inicialmente, optaremos por realizar uma pesquisa bibliográfica para fazer uma análise da situação da população negra no Brasil, e mais especificamente em Redenção, desde o Pós-Abolição. Acreditamos que essas informações nos ajudarão a entender a configuração da realidade local, inclusive, tendo em vista a experiência escravista.

Para isso, recorreremos ao levantamento de informações na documentação e demais tipos de fontes históricas a serem consultadas no Museu Municipal de Redenção e no Arquivo Público do Ceará, além dos acervos pessoais eventualmente existentes, de modo a conhecermos não só o histórico da cidade, mas também qual o papel dos negros e negras nesse histórico.

Outra base de dados importante para o que objetiva este projeto será a consulta aos dados censitários do IBGE sobre a cidade de Redenção, afim de identificar os índices sociais locais, entre os quais, as diferenças e as desigualdades principalmente conforme o recorte de raça/cor.

Associada a esses dados estatísticos também será realizada uma coleta de depoimentos com alguns indivíduos residentes na cidade, o que se dará por meio da aplicação de entrevista semiestruturada com um quantitativo de participantes ainda a ser definido. No entanto, importa que a definição desses participantes tem como base o pertencimento étnico-racial, de modo a dar voz principalmente aos sujeitos centrais desta discussão, sem os quais não haveria como entender a materialidade do fenômeno a ser pesquisado.

Portanto, a pesquisa envolverá fundamentalmente dois grupos de entrevistados: Pessoas negras e pessoas não negras, entre os quais homens e mulheres, jovens e idosos, o que poderá nos fornecer elementos para uma análise sobre a dinâmica da cidade social da cidade e como tais indivíduos percebem e se relacionam com as pessoas negras entre a população, agora incrementada pela presença dos africanos e africanas.

Por fim, também recorreremos à aplicação de um questionário como dos instrumentos de coleta de dados neste estudo, entendo que sua utilização como ferramenta complementar de coleta pode servir como um importante meio para captar as falas que traduzem a visão de mundo, valores e expectativas de vida dos sujeitos que compõe e vivenciam efetivamente esta realidade a que nos reportamos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO, Celia Maria Marinho de. **“Onda Negra, Medo Branco”**, O negro no imaginário das elites — Século XIX. 1987, Paz e Terra: vol.6, 138p.

CARDOSO, Lourenço. **“Retrato do Branco Racista e Antirracista”**, 2010.

CUNHA, Manuela Carneiro da. **Negros estrangeiros: os escravos libertos e sua volta à África**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. 279 p..

DANTAS, Carolina Viana. **Racialização e mobilização negra nas primeiras décadas republicanas**. In: PENESB, 2010.

DOMINGOS, Luís Tomás. **Entre Estigmas e Traumas de Violência de Colonização e Escravidão: afirmação de identidade afro descendência**. Identidade. São Leopoldo. v. 22, n. 2, p. 190-208, jul. - dez. 2017. Disponível em: <http://periodicos.est.edu.br/identidade>. Acesso em: 20, out. 2018.

DOMINGUES, Petrônio. **Um "templo de luz": Frente Negra Brasileira (1931-1937) e a questão da educação**. Rev. Bras. Educ. [online]. 2008, vol.13, n.39, pp.517-534.

FELIX, Tatiana, **“mesmo invisibilizados, jovens negros cearenses exercem seu protagonismo”**. Disponível em: Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades - CEERT, 2012. Acesso em: 08, mar. 2018.

FERNANDES, Florestan. **A integração do Negro na Sociedade de Classes** (o legado da raça branca). Ed. São Paulo: Ática, 2008, vol.1, 440p.

FILHO, Antônio Nilson Lopes. **Pós-Abolição: integração social e trabalhista dos alforriados do município de Redenção**. (Trabalho de Conclusão de Curso), Instituto de Humanidades - Unilab: Redenção, 2014.

NOGUEIRA, Oracy. **Preconceito de marca. As relações raciais em Itapetininga**. São Paulo: Edusp, 1998

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento; justificando, 2017. 112p

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **“Do preto, do Branco e do Amarelo: Sobre o Mito Nacional de um Brasil (bem) mestiçado”** . Revista Ciência e Cultura. vol.64 no.1 São Paulo Jan. 2012 (on line). Acesso em: 02. ago. 2017.

SANTOS, Sales Augusto dos. **Movimento Negro, Educação e Ações Afirmativas**. Instituto de Ciências Sociais - UnB, 2007, 554p (doutorado).

SANTOS, Neusa Souza. **“Torna-se Negro”**: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em Ascensão social. Rio de Janeiro. Ed. Graal, vol.4, 1983.

SILVA, Fátima Aparecida. **Frente Negra Pernambucana: visão crítica sobre a ausência da população negra nos sistemas de educação básica.** Faculdade de Educação - UFC, 2008. (Doutorado).

SOBRINHO, José Hilário Ferreira. **“Catirina, minha nêga, tão querendo te vende”:** escravidão, tráfico e negócios no ceara do século XIX (1850-1881), Governo do Estado do Ceará, Secretaria da Cultura, 2011 - 332 págs.

SOUZA, Jessé. **A elite do atraso: da escravidão a lava jato.** Casa da Palavra/Leyla, 2017. 140p.

ANEXO

Questionário

Como você se autodeclara: indígena, amarela, branca, preta ou parda?

R:

Você acha que existe racismo no Brasil? E em Redenção?

R:

Você já sofreu ou vivenciou uma situação de racismo em seu cotidiano?

R:

Você se relaciona com pessoas negras? De que forma?

R:

Você se considera racista?

R:

Você acha que pessoas brancas tem privilégios?

R: